



INFORMAÇÃO nº 041/2016 – SEAUD

PROCESSO nº 33016/2011

JURISDICIONADA: Diversos órgãos do Distrito Federal

ASSUNTO: Auditoria de regularidade

EMENTA: Auditoria de Regularidade. Contratação de empresas para a realização de eventos no Distrito Federal. Inobservância de formalidades legais. Alerta. Audiência dos responsáveis. Revelia de alguns responsáveis. Apresentação de razões de justificativa. Acolhimento das alegações do Sr. Nilvan Pereira de Vasconcellos. Improcedência das demais razões de justificativa. Aplicação de multa.

Senhor Secretário,

Tratam os autos da Auditoria de Regularidade, realizada em diversos órgãos distritais, em atendimento à Decisão nº 3875/12 (fls.83), com o objetivo de verificar a regularidade na contratação de empresas para a realização de eventos no âmbito distrital.

2. Durante a execução da auditoria em tela, a equipe encarregada, em síntese, constatou diversas irregularidades na instrução dos processos de contratação e de adesão a atas de registros de preços, presentes, de modo sistêmico, em todos os órgãos auditados, a saber: dispensa de instrumento de contrato ao arrepio das normas legais aplicáveis; ausência ou formulação inadequada de projeto básico; ausência de parecer emitido pela Procuradoria Geral do DF sobre a dispensa ou inexigibilidade; inobservância de parecer técnico-jurídico anterior à adesão da ata de registro de preços; e alto índice de despesas com realização de eventos em detrimento de outras ações governamentais.



3. Diante disso, o Tribunal, mediante a Decisão nº 2347/16 (fls. 2183), ao apreciar o relatório final da auditoria, adotou as seguintes deliberações:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório Final de Auditoria de fls. 2.109/2.153; b) da Matriz de Achados às fls. 2.104/2.107; c) da Matriz de Responsabilização às fls. 2.108; d) dos documentos acostados às fls. 480/2.102; II – alertar a Secretaria de Estado de Cultura, a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal e a todas as Administrações Regionais para que, na elaboração de projetos para contratações de artistas e eventos no âmbito distrital, observem as disposições constantes do Manual do Gestor, elaborado pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal, especialmente quanto às recomendações constantes do Anexo III; III – chamar em audiência os responsáveis indicados nas Tabelas 05, 07 e 10 do Relatório Final de Auditoria (fls. 2134, 2137 e 2144), com fundamento no art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da LC nº 01/94; IV – encaminhar o Relatório Final de Auditoria à Secretaria de Contas desta Corte para, diante do apresentado no Achado nº 6, examinar a repercussão nas contas das Administrações Regionais de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga e Planaltina, nos anos de 2009 a 2011; V – dar ciência desta decisão ao Ministério Público junto à Corte; VI – autorizar o retorno dos autos à SEAUD, para as providências pertinentes.

4. Mediante o Ofício-Circular nº 7/2016-GP foram alertadas as Secretarias de Cultura, de Educação, de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e todas as Administrações Regionais quanto à observância das disposições constantes do Manual do Gestor quando da elaboração de projetos para contratações de artistas e eventos no âmbito distrital (fls. 2188/2220) e, por meio do Memorando nº 69/2016-SS, foi encaminhado o relatório de auditoria à Secretaria de Contas para que avaliasse a repercussão do achado nº 6 nas contas das Administrações Regionais de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga e Planaltina, referentes aos anos de 2009 a 2011 (fls. 2184).



5. Por sua vez, os responsáveis indicados nas Tabelas 05, 07 e 10 foram devidamente chamados em audiência e reagiram da seguinte maneira à convocação efetuada pela Corte:

RESPONSÁVEL	EXPEDIENTE DE COMUNICAÇÃO	DATA DE RECEBIMENTO	REAÇÃO	DATA DE ENTREGA
Paulo Henrique Francisco de Moura	CA nº 20/2016 - SS	31/05/2016	Apresentou razões de justificativa (fls. 2236/2260)	22/06/2016
Manoel Abadia Sobrinho	CA nº 21/2016 - SS	27/05/2016	silente	
Nilvan Pereira de Vasconcellos	CA nº 22/2016 - SS	30/05/2016	Apresentou razões de justificativa (fls. 2261/2267)	29/06/2016
Gilvando Galdino Fernandes	CA nº 23/2016 - SS	27/05/2016	Apresentou razões de justificativa (fls. 2268 e 2269)	19/07/2016
Alexandre Pereira Rangel	CA nº 24/2016 - SS	27/05/2016	silente	

6. Examina-se, portanto, nesta assentada, as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Paulo Henrique Francisco de Moura, Nilvan Pereira de Vasconcellos e Gilvando Galdino Fernandes, bem assim as consequências processuais da ausência de manifestação dos Srs. Manoel Abadia Sobrinho e Alexandre Pereira Rangel com relação à audiência ordenada pelo Tribunal.

RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DE PAULO HENRIQUE FRANCISCO DE MOURA

7. O Sr. Paulo Henrique Francisco de Moura foi responsabilizado por ter, na qualidade de assessor técnico-jurídico da Administração Regional de



Brazlândia, emitido parecer conclusivo favorável à contratação, por inexigibilidade de licitação, de show musical que foi realizado no evento denominado “Misturart”, constante do Processo nº 133.000.433/2010 daquela Regional, sem sugerir o envio dos autos à Procuradoria-Geral do DF, apesar de o **Parecer nº 0393/2008–PROCAD/PGDF**, da lavra do órgão central do sistema jurídico do DF, ter estabelecido, em sede de consulta, orientação taxativa no sentido da obrigatoriedade de prévia e necessária remessa de todos os procedimentos administrativos visando à contratação de shows e eventos à Procuradoria-Geral do DF para emissão de parecer jurídico, nos termos do que dispõe o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, contrariando, ainda, a **Decisão nº 4262/2009** deste Tribunal, em seu item V, que deu conhecimento a todos os jurisdicionados da Corte de que as assessorias jurídicas, embora integrem o sistema jurídico do DF, não possuem competência para examinar, previamente, as minutas de editais e contratos, acordos, convênios ou ajustes, uma vez que tal competência foi expressamente conferida à Procuradoria-Geral do DF.

8. Em suas razões de justificativa tempestivamente apresentadas, o responsável alega que: a) o Manual de Licitações e Contratos Administrativos-Orientações da PGDF para a Administração Pública do Distrito Federal (fls. 2240/2250), assinala que *“os pareceres normativos aprovados pelo Governador e publicados no DODF oferecem orientações padronizadas sobre determinadas consultas jurídicas”* e que tais pareceres *“possuem força jurídica de norma geral e abstrata, não exigindo o encaminhamento de consulta à Procuradoria-Geral do DF na hipótese em que o gestor público – com o auxílio do Assistente Técnico-Legislativo – verificar que foram cumpridas suas recomendações”*; b) a sua conduta encontra-se embasada nas orientações da Procuradoria-Geral do DF constantes do referido manual; c) a Administração Regional de Brazlândia encaminhou consulta à Procuradoria-Geral do DF, via Ofício nº 113/2015/GAB/RA-IV (fls. 2251), de 23.02.2015, solicitando pronunciamento daquele órgão, para fins de subsidiar resposta a ser enviada a este Tribunal, com relação ao Processo 33016/2011, onde também foi constatado, em sede de auditoria, a ausência de envio à PGDF de procedimentos alusivos a contratações artísticas, contrariando o Parecer nº



0393/2008–PROCAD/PGDF e a Decisão TCDF nº 4262/2009, tendo em vista o aparente conflito de interpretação da posição do Tribunal com o Manual de Licitações e Contratos Administrativos-Orientações da PGDF para a Administração Pública do Distrito Federal, sendo que a PGDF, em resposta, mediante o Ofício nº 472/2015-PROESP/PGDF (fls.2253), remeteu o Parecer nº 771/2015-PRCON/PGDF (fls. 2254/2260) onde esclareceu que *“o Manual de Licitações e Contratos Administrativos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal efetivamente contém a indicação da desnecessidade de encaminhamento de processos administrativos ou consultas em casos concretos em que a autoridade competente esteja observando os termos de parecer com eficácia normativa”* e, assim, *“é forçoso reconhecer que a Administração Regional de Brazlândia, diante da existência de parecer normativo e da ausência de outra dúvida, não tinha a obrigação de remeter os autos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para que esta se manifestasse novamente acerca do mesmo assunto tratado no parecer normativo”* e que *“a ressalva contida no Parecer nº 393/2008 PROCAD/PGDF, acerca da necessidade de provocação prévia da Procuradoria-Geral do Distrito Federal em relação a procedimentos administrativos correlatos ao contido no opinativo, deve ser interpretada no sentido de que a remessa à PGDF somente é obrigatória quando houver dúvidas acerca da adequação do caso concreto ao parecer normativo ou outra dúvida do administrador”* e; d) a referida ressalva existente no Parecer nº 393/2008 PROCAD/PGDF apresenta controvérsia interpretativa entre a PGDF e o TCDF, impondo-se, como medida justa, a reconsideração desta Corte quanto à responsabilização do justificante, que agiu de acordo com a orientação da PGDF.

9. Passando à análise das alegações produzidas pelo Sr. Paulo Henrique Francisco de Moura, entende-se que as suas razões de justificativa não merecem ser acolhidas.

10. Primeiro, porque o Manual de Licitações e Contratos Administrativos-Orientações da PGDF para a Administração Pública do Distrito Federal, que dispensou o encaminhamento à PGDF de consulta sobre procedimentos administrativos tratados em pareceres normativos aprovados pelo Governador, foi editado em **2011**, em data posterior ao parecer emitido



pelo responsável (**24.09.2010**) e, assim sendo, jamais poderia o referido manual ter servido de orientação e balizado a conduta do Sr. Paulo Henrique Francisco de Moura de se manifestar juridicamente pela aprovação da despesa sem enviar os autos à PGDF para o fim preconizado no art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

11. Segundo, porque a consulta formulada à PGDF pela Administração Regional de Brasília, em 2015, sobre a necessidade de encaminhamento prévio à PGDF de procedimentos administrativos referentes a contratações artísticas disciplinadas no Parecer nº 393/2008 PROCAD/PGDF foi realizada muito tempo após o parecer emitido pelo justificante, em contexto jurídico distinto daquele existente por ocasião do fato aqui questionado, uma vez que já considerava o advento do Manual de Licitações e Contratos Administrativos-Orientações da PGDF para a Administração Pública do Distrito Federal e, diante disso, a resposta ali fornecida pela Procuradoria-Geral do DF não teria o condão de dar sustentação à conduta praticada pelo responsável em época pretérita em que o supracitado manual sequer existia.

12. Terceiro, porque, *data máxima venia* do entendimento manifestado pela PGDF na resposta à consulta em comento, o manual em debate nada menciona expressamente a respeito de encaminhamento, ou não, de processos administrativos à PGDF referentes a matérias tratadas em parecer normativo, para fins do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, abordando, apenas a desnecessidade de formulação de consultas àquele órgão quando se verificar o cumprimento das recomendações contidas no parecer normativo, já que este possui força jurídica de norma geral e abstrata, e o Parecer nº 393/2008 PROCAD/PGDF aprovado em caráter normativo pelo Governador estabelece, como ressalva, de forma cristalina, que *“inicialmente, cumpre observar que as diretrizes que aqui serão traçadas não eximem a Secretaria consulente, bem como os demais órgãos e entidades contratantes, da **prévia** e **necessária** obrigação de remessa de todos os procedimentos administrativos visando tais contratações à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para emissão do parecer jurídico, nos termos do que dispõe o art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93: (...) Assim, não há se cogitar que a emissão do presente parecer tenha o condão de substituir o competente*



parecer jurídico a ser exarado em cada caso concreto”, não sendo possível sustentar, a partir de uma análise sistemática conjugada de ambas as normas, como defende a PGDF, que a ressalva em baila deve ser interpretada no sentido de que a remessa à PGDF seria obrigatória apenas se houvesse dúvidas da adequação do caso concreto ao parecer normativo ou se persistisse outra dúvida do administrador, ante o absoluto silêncio do manual a respeito e a prescrição taxativa do parecer normativo pelo encaminhamento dos processos administrativos.

13. Quarto, porque, independentemente do suposto e aventado conflito interpretativo entre o Manual de Licitações e Contratos Administrativos-Orientações da PGDF para a Administração Pública do Distrito Federal e o Parecer nº 393/2008 PROCAD/PGDF, a Decisão TCDF nº 4262/2009 deu conhecimento à Administração Regional de Brasília, antes da emissão do parecer pelo responsável, do entendimento desta Corte de que compete exclusivamente à PGDF o exame prévio das minutas de editais e contratos, acordos, convênios ou ajustes, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e o justificante, mesmo assim, optou por ignorar o conteúdo daquele *decisum* assumindo o risco de ter o seu ato impugnado pelo Tribunal e de sofrer as sanções cabíveis.

RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DE NILVAN PEREIRA DE VASCONCELLOS

14. O Sr. Nilvan Pereira de Vasconcellos foi responsabilizado por ter autorizado, na função de Administrador Regional de Planaltina e ordenador de despesas, nos autos do Processo nº 135.000.639/2011, a contratação de serviços para o evento Cruzada Evangélica de 2011 e a realização da respectiva despesa, mediante adesão à ata de registro de preços, sem que o processo administrativo tenha sido apreciado pela Assessoria Jurídica do órgão, consoante determina o Parecer nº 1191/2009-PROCAD/PGDF que possui força normativa e dispensa a remessa dos autos à Procuradoria-Geral do DF.



15. Em suas razões de justificativa apresentadas tempestivamente, o responsável sustenta que: a) apesar de não constar o parecer da Assessoria Jurídica da Administração Regional de Planaltina no processo administrativo específico de contratação de **serviços de estrutura** para o evento Cruzada Evangelística de 2011 (Processo nº 135.000.639/2011), a referida Regional autuou o Processo nº 135.000.238/2011 (fls. 76 em diante do Anexo VII), que versa sobre a contratação de serviços de estrutura para eventos do exercício de 2011, onde consta expressamente mencionado o evento da Cruzada Evangelística, sendo que neste processo foram adotados todos os procedimentos legais cabíveis previstos no Decreto nº 22.950/2002 e no Parecer nº 1191/2009 – PROCAD/PGDF para formalização da adesão à ata de registro de preços da ELETROBRÁS, inclusive quanto à manifestação da Assessoria Técnica (jurídico) da Administração Regional (fls. 285/286 do Anexo VII e 2266/2267 dos autos); b) ainda persistia a vantagem da contratação por adesão à referida ata de registro de preços por ocasião da autuação do Processo nº 135.000.639/2011 e que neste processo há referência ao Processo nº 135.000.238/2011 (fls. 03 do Anexo VII); c) por razões de eficiência e economia processual optou-se por não inserir cópias da documentação ainda válida constante no processo originário de nº 135.000.238/2011 nos autos das contratações específicas como a tratada no Processo nº 135.000.639/2011 ora questionado, fazendo-se, apenas, a menção ao processo originário onde constava toda a documentação pertinente; d) a equipe de auditoria não detectou qualquer irregularidade no processo originário de nº 135.000.238/2011; e) quando da adesão por carona à ata de registro de preços da ELETROBRÁS foi mencionado pela Administração Regional a totalidade de eventos que se pretendia contratar por meio da adesão incluindo o evento da Cruzada Evangelística; f) o parecer da Assessoria jurídica constante do processo originário de nº 135.000.238/2011 dimensionou e estipulou todos os atos a serem praticados nos processos específicos relacionados à contratação de estrutura para os eventos de 2011; g) a ausência de remessa à assessoria jurídica, no processo específico de contratação da Cruzada Evangelística, não ensejou qualquer prejuízo uma vez que não se verificou qualquer irregularidade no processo originário de nº



135.000.238/2011; e h) o Tribunal, mediante a Decisão nº 1706/2015, ao examinar a prestação de contas anual da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde de 2011, julgou as contas regulares com a ressalva referente à ausência de parecer jurídico prévio à assinatura do convênio, não configurando tal fato como irregularidade.

16. As razões apresentadas pelo justificante merecem acolhimento. Muito embora a equipe de auditoria tenha apontado no relatório final de auditoria, com absoluta propriedade, que o Memorando nº 031/2011 – ASTEC/RA-VI tratava genericamente dos critérios legais para a **contratação de artistas** visando à realização de eventos (fls. 2135 e 2136 dos autos) e, assim sendo, não poderia ser considerado como manifestação conclusiva da assessoria jurídica do órgão responsável pela contratação, no caso a Administração Regional de Planaltina, é possível constatar, ao se examinar o Processo específico nº 135.000.639/2011 (fls. 02/74 do Anexo VII) que, apesar de constar alguns documentos referentes à contratação de artistas, o referido processo, na verdade, tratou da contratação de **serviços de estrutura** para o evento Cruzada Evangelística de 2011 (fls. 02/74 do Anexo VII).

17. Tais serviços integravam a ata de registro de preços da ELETROBRÁS que a Administração Regional de Planaltina aderiu por carona no Processo originário de nº 135.000.238/2011 em relação ao qual não foi verificada qualquer irregularidade pela equipe de auditoria. De fato, naqueles autos, onde é mencionado expressamente o evento da Cruzada Evangelística além de outros eventos de 2011, constam todos os procedimentos legais para a adesão previstos no Decreto nº 22.950/2002 e no Parecer Normativo nº 1191/2009 – PROCAD/PGDF, inclusive a manifestação do Diretor de Administração Geral da Regional atestando a existência de disponibilidade orçamentária e comprovando a vantajosidade da adesão (fls. 283 e 284 do Anexo VII), bem assim e, principalmente, a manifestação do órgão jurídico competente da Administração, mediante o Parecer nº 18/2011-ASTEC/RA-VI, concluindo que os requisitos legais foram atendidos (fls. 285/286 do Anexo VII).

18. Assim, é possível aceitar, mesmo reconhecendo que o procedimento adotado pelo jurisdicionado não seria o mais correto, que houve



a emissão de parecer técnico-jurídico pelo órgão da administração sobre a contratação de serviços de estrutura para o evento da Cruzada Evangelística, apesar de não constar tal parecer nos autos do processo específico de nº 135.000.639/2011, uma vez que no referido processo específico foi feita menção ao processo originário nº 135.000.238/2011 onde constavam todos os documentos exigíveis, inclusive o parecer técnico-jurídico da assessoria da Administração, para a adesão à ata de registro de preços da ELETROBRÁS que serviu de suporte à pactuação dos serviços de estrutura em tela, ainda válidos à época da contratação, e foi incluído neste último feito originário, expressamente, o evento da Cruzada Evangelística para fins de adesão.

RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DE GILVANDO GALDINO FERNANDES

19. O Sr. Gilvando Galdino Fernandes foi responsabilizado por também ter autorizado, na função de Administrador Regional de Taguatinga e ordenador de despesas, nos autos do Processo nº 132.000.557/2009, a contratação de serviços para o evento Via Sacra de Taguatinga e a realização da respectiva despesa, mediante adesão à ata de registro de preços, sem que o processo administrativo tenha sido apreciado pela Assessoria Jurídica do órgão, conforme determina o Parecer nº 1191/2009-PROCAD/PGDF.

20. Ao formular as suas razões de justificativa intempestivamente, o responsável limita-se a asseverar que encaminhou ofícios aos órgãos competentes (Ministério da Saúde e empresa Brasiliatur) e que estes autorizaram a realização do evento, bem assim que remeteu os autos em epígrafe à ASTEC, órgão jurídico daquela Regional, a quem caberia a emissão do parecer técnico-jurídico, sem, contudo, apresentar o parecer reclamado pela equipe de auditoria ou, até mesmo, prestar qualquer esclarecimento se houve, de fato, a manifestação jurídica da ASTEC sobre o atendimento dos requisitos legais para a adesão à ata de registro de preços no caso em apreço.

21. Diante disso, fica evidente que as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Gilvando Galdino Fernandes não reúnem as mínimas condições para serem acatadas pelo Tribunal.



AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS SRS. MANOEL ABADIA SOBRINHO E ALEXANDRE PEREIRA RANGEL

22. O Sr. Manoel Abadia Sobrinho foi responsabilizado por ter autorizado, na qualidade de Administrador Regional de Planaltina e ordenador de despesas, a contratação e a realização da despesa sem que o processo tenha sido apreciado pela Assessoria Jurídica do órgão (fls.2134) ao passo que o Sr. Alexandre Pereira Rangel, então Chefe da Unidade de Administração Geral da Secretaria de Cultura, teve a sua responsabilização caracterizada por ter autorizado contratação sem a competente análise do projeto básico pela Assessoria Jurídica, o que resultou no descumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93 (fls. 2144).

23. Ambos os responsáveis deixaram transcorrer *in albis* o prazo estabelecido na audiência ordenada pelo Tribunal sem oferecer quaisquer razões de justificativa e, portanto, devem ser considerados revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao feito no que pertine a tais responsáveis (art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94 e art. 198, § 8º, do RI/TCDF).

CONCLUSÃO

24. O Sr. Paulo Henrique Francisco de Moura não logrou êxito na sua tentativa de afastar sua responsabilidade em relação a irregularidade apontada pela equipe de auditoria e, portanto, as suas razões de justificativas devem ser rejeitadas e a ele aplicada a multa dos arts. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 272, II, do RI/TCDF, conforme prevê o art. 248, § 2º, da novel norma regimental.

25. De igual modo, o Sr. Gilvando Galdino Fernandes não foi capaz de afastar a sua responsabilidade nestes autos e, via de consequência, apesar de ser possível relevar a intempestividade de suas alegações, deve ter as suas



razões de justificativa rejeitadas com aplicação de multa nos mesmos termos e com os mesmos fundamentos do Sr. Paulo Henrique Francisco de Moura.

26. Já o Sr. Nilvan Pereira de Vasconcellos conseguiu demonstrar a existência de parecer técnico-jurídico do órgão da Administração amparando a contratação de serviços de estrutura para o evento da Cruzada Evangelística e, assim sendo, as suas razões de justificativas devem ser acatadas pela Corte, nos termos do art. 248, § 1º, do RI/TCDF sem imputação de qualquer sanção, neste caso.

27. Quanto aos Srs. Manoel Abadia Sobrinho e Alexandre Pereira Rangel que se tornaram revéis nestes autos, por não atenderem a audiência determinada pelo Tribunal, não havendo outros responsáveis relacionados com os fatos tidos por irregulares cujas eventuais razões de justificativa pudessem ser aproveitadas em seu favor nos moldes prescritos no art. 127 do RI/TCDF, deve-se dar prosseguimento ao feito aplicando-lhes, também, a sanção preconizada nos arts. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 272, II, da novel norma regimental).

SUGESTÕES

28. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

I – tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelos servidores nominados nos parágrafos 24 e 25 (fls. 2236/2260 e 2268/2269, respectivamente), relevando a intempestividade verificada nesta última peça, para, no mérito, considerá-las improcedentes, aplicando, via de consequência, aos referidos responsáveis a multa prevista nos arts. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 272, II, da novel norma regimental;

II – tomar conhecimento, ainda, das razões de justificativa formuladas pelo servidor mencionado no parágrafo 26 para, no mérito, considerá-las procedentes, sem qualquer aplicação de sanção, neste caso;

III – considerar revéis os servidores referenciados no parágrafo 27, por não terem atendido a audiência ordenada pela Corte mediante a Decisão nº



2347/16, aplicando-lhes, também, a multa estipulada nos arts. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 272, II, da novel norma regimental;

IV – autorizar, nos termos dos arts. 26 da Lei Complementar nº 01/94 e 211 do RI/TCDF, a notificação dos responsáveis a que se referem os itens I e III deste *decisum* para, no prazo de 30 dias, efetuarem e comprovarem o recolhimento da dívida que lhes está sendo aqui imputada;

V – cientificar os responsáveis indicados nos autos da decisão que vier a ser proferida; e

VI – ordenar o retorno dos autos à SEAUD para fins pertinentes.

À superior consideração.

Marcio de Almeida Saraiva
ACE